

Avião e dinheiro viram digitais de Bolsonaro em investigações



O ex-presidente Jair Bolsonaro em evento de filiação do PL em São Paulo. (Divulgação - 13/08/2023) / Fofolha

Avião e dinheiro deixam digitais de Bolsonaro em investigação sobre joias

Para Polícia Federal, ex-presidente surge pela primeira vez na 'cena do crime', e provas são vistas como as mais contundentes até o momento

Fabio Scarpão

BRASÍLIA. A investigação sobre presentes dados por autoridades de outros países a Jair Bolsonaro (PL) indica digitais do ex-presidente na suspeita de desvio de bens públicos para enriquecimento pessoal. A ação deflagrada pela Polícia Federal na sexta-feira (11), batizada de Lucas 12.2, dá início à reta final das apurações que podem resultar na acusação de Bolsonaro como líder de organização criminosa. Embora não tenha sido alvo das diligências, como foi o general Mauro Lourença Cid, pai do ajudante de ordens Mauro Cid, Bolsonaro teve pedido de quebra de seus sigilos e deve ser ouvido em breve pela Polícia Federal.

Para os investigadores envolvidos desde o início dos inquéritos relatados pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, dois pontos colocam o ex-presidente pela primeira vez na cena do crime de desvio de dinheiro público e enriquecimento ilícito no caso das milícias digitais.

O primeiro é o uso da aeronave da Força Aérea Brasileira para levar as joias e presentes aos Estados Unidos. O segundo, as mensagens indicando o retorno do dinheiro oriundo de vendas, em espécie, para o bolso do ex-presidente. O segundo ponto ainda deve ser aprofundado, mas investigadores dizem não restar dúvida de que Bolsonaro participou de todo o esquema. A apuração partiu do inquérito das milícias digitais, que tem origem na investigação dos atos antidemocráticos de 2020. Após Augusto Aras — o procurador-geral indicado por Bolsonaro — pedir em 2021 o arquivamento do caso, Moraes ordenou a abertura de outra investigação, com o material já obtido.

Nesse cenário, a então delegada titular do caso, Denise Ribeiro, passou a organizar a investigação sobre milícias digitais e apuração sobre o entorno de Bolsonaro e seus aliados, iniciada anteriormente no inquérito da fake news. No entendimento da delegada, a organização criminosa alvo da apuração era responsável por todos os eventos da escalada golpista, que tinha começado em 2020, passado pela campanha de desinformação na pandemia, e chegado a ataques à integridade do sistema eleitoral.

Denise saiu da apuração no início de 2022 por causa de uma licença e deixou em seu lugar o delegado Fabio Slier.

O delegado deu prosseguimento à linha de investigação traçada por ela e, com as provas colhidas pela PF no caso das joias, em especial o uso da aeronave presidencial e o suposto recebimento dos valores provenientes da venda dos presentes, indica confirmar a tese da cotação, de que Bolsonaro é líder de uma organização criminosa.

Apesar das buscas contra o pai de Mauro Cid e outros envolvidos, o delegado lembra da estrutura do inquérito das milícias digitais e as frentes reunidas ao longo do tempo. São cinco linhas de apuração: ataques virtuais a opositores, ataques às instituições e às urnas eletrônicas, tentativas de golpe de Estado, ataques às vacinas e medidas na pandemia e, por último, o uso de estruturas do Estado para obtenção de vantagens.

A PF já havia encontrado provas que levavam Bolsonaro ao centro de 3 dias e 11 noites de investigação. Faltava a PF ainda encerrar o inquérito sobre a possível participação do ex-presidente nos ataques golpistas de 8 de janeiro.

No caso da possível utilização do Estado para obtenção de vantagens, ainda não havia elementos para colocá-lo no centro das apurações, uma vez que a averiguação sobre as transações suspeitas por integrantes da ajudância de ordens chefiada por Mauro Cid ainda está em andamento.

O outro caso dessa linha, de falsificação do cartão de vacinação, no qual Bolsonaro foi alvo de busca em maio, também é visto como mais fraco em relação a provas e não envolverá dinheiro. A equipe da PF, porém, é direta ao afirmar no relatório em que pediu as buscas contra o pai de Cid e outras pessoas ligadas a Bolsonaro que "há fortes indícios" de que a estrutura do Estado foi utilizada para "desviar bens de alto valor patrimonial" com o "intuito de gerar o enriquecimento ilícito" para Bolsonaro.

Os e-mails, trocas de mensagens e material de outras investigações mostram que, desde a derrota na eleição, o entorno de Bolsonaro, liderado por Mauro Cid, movimentou-se para garantir a reunião das joias e presentes para envio aos Estados Unidos, onde seria negociada. O único presente valioso sem tentativa de venda foi o apreendido pela Receita em Guarulhos, quando a comitiva do então ministro Bento Albuquerque tentou entrar com as joias sem declarar ao Fisco, em 2021.

EX-PRESIDENTE IGNORA CASO E DA BOM SÁBADO A TODOS

Jair Bolsonaro (PL) ignorou neste sábado (12) em suas redes sociais a operação da PF no caso das joias e publicou um vídeo, abraçado a uma criança, com a mensagem "Bom sábado a todos!". A postura de discrição desta da adeidada em momentos anteriores.

Na sexta (11), a defesa dele se manifestou apenas à noite, diante de advogados, dizendo que sua movimentação bancária está à disposição e que ele "jamais apropriou-se ou desviou quaisquer bens públicos".

A investigação mostra que o grupo do presidente mandou para fora do país e tentou vender ao menos quatro conjuntos de presentes. O primeiro passo, que foi retirar os itens do país, tem a participação direta de Bolsonaro, no entendimento dos investigadores. Isso só foi possível, avaliam, com o uso pelo então presidente da aeronave oficial, na véspera de deixar o cargo, o que anulou eventuais procedimentos convencionais de saída de bens do país.

Além do uso de dezembro, a PF citou outra viagem, em junho de 2022 — Bolsonaro foi aos Estados Unidos para a Capela das Américas.

"As diligências realizadas indicam que Jair Messias Bolsonaro e sua equipe utilizaram o avião presidencial, no dia 20/6/2022, para enviar dois itens de alto valor desviados, levando-os para os Estados Unidos", afirma trecho da decisão de Moraes.

Na sequência, uma vez nos EUA, diz ainda o documento assinado por Moraes, "os referidos bens teriam sido encaminhados para lojas especializadas em venda e recompra, os investigadores agora procuram reforçar as provas sobre como ele foi beneficiado.

Segundo a apuração, os valores obtidos dessas vendas foram convertidos em dinheiro e ingressaram no patrimônio pessoal dos investigados, sem uso do sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores. Uma evidência de que Bolsonaro teria recebido os valores é áudio de Cid em que ele sugere que seu pai estava com US\$ 25 mil em espécie de propriedade do ex-presidente.

A defesa de Bolsonaro disse na sexta que ele coloca sua movimentação bancária à disposição das autoridades e que "jamais apropriou-se ou desviou quaisquer bens públicos". Disse ainda, em nota, que ele "voluntariamente" pediu ao TCU em março deste ano a entrega de joias recebidas "até final decisão sobre seu tratamento, o que de fato foi feito".

O advogado de Cid, Bernardo Ferenol, disse que ainda não teve acesso aos autos da investigação e por isso não comentaria. Frederick Wassef não se pronunciou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal | Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 4